



O ideal cavaleiresco e seu diálogo com a ética aristotélica

Autor(es): Barros, José D'Assunção

Publicado por: Annablume Clássica

URL persistente: URI:<http://hdl.handle.net/10316.2/24392>

DOI: DOI:http://dx.doi.org/10.14195/1984-249X_7_4

Accessed : 12-May-2024 01:43:54

A navegação consulta e descarregamento dos títulos inseridos nas Bibliotecas Digitais UC Digitalis, UC Pombalina e UC Impactum, pressupõem a aceitação plena e sem reservas dos Termos e Condições de Uso destas Bibliotecas Digitais, disponíveis em <https://digitalis.uc.pt/pt-pt/termos>.

Conforme exposto nos referidos Termos e Condições de Uso, o descarregamento de títulos de acesso restrito requer uma licença válida de autorização devendo o utilizador aceder ao(s) documento(s) a partir de um endereço de IP da instituição detentora da supramencionada licença.

Ao utilizador é apenas permitido o descarregamento para uso pessoal, pelo que o emprego do(s) título(s) descarregado(s) para outro fim, designadamente comercial, carece de autorização do respetivo autor ou editor da obra.

Na medida em que todas as obras da UC Digitalis se encontram protegidas pelo Código do Direito de Autor e Direitos Conexos e demais legislação aplicável, toda a cópia, parcial ou total, deste documento, nos casos em que é legalmente admitida, deverá conter ou fazer-se acompanhar por este aviso.



7

jul.2011

issn 2179-4960



REVISTA

archai

AS ORIGENS DO PENSAMENTO OCIDENTAL

ἀρχαί

archai
AS ORIGENS DO PENSAMENTO OCIDENTAL

ANNA BLUME
CLASSICA

ARCHAI JOURNAL: ON THE ORIGINS OF WESTERN THOUGHT

O IDEAL CAVALEIRESCO E SEU DIÁLOGO COM A ÉTICA ARISTOTÉLICA

José D'Assunção Barros*

BARROS, J. A. (2011). "O ideal cavaleiresco e seu diálogo com a ética aristotélica". Archai n. 7, jul-dez 2011, pp. 43-53.

RESUMO: Neste artigo, preocupado em discutir a intertextualidade medieval com o pensamento aristotélico, são examinadas algumas narrativas medievais da Idade Média portuguesa que aparecem nos livros de linhagens do século XIII com vistas à identificação dos principais traços de um Imaginário Cavaleiresco que foi essencial para a formação da identidade nobiliárquica do mesmo período. Investiga-se, assim, a influência da ética aristotélica no padrão cavaleiresco que é definido preponderantemente nas narrativas linhagísticas.

PALAVRAS-CHAVE: Ética Aristotélica, Narrativas Medievais, Idade Média Ibérica.

THE KNIGHT IDEAL AND ITS DIALOGUE WITH THE ARISTOTELIAN ETHICS – A STUDY ABOUT THE ANCESTRAL BOOKS OF THE PORTUGUESE MIDDLE AGES

ABSTRACT: In this article, worried in discuss the medieval intertextuality with the Aristotelian thought, there will be examined some Portuguese medieval narratives which appears in the Linage Books from the century XIII, in order to identify the principal aspects from a Knight's Imaginary that was essential for the formation of the aristocratic identity of the same period. They are investigated, in this way, the influence of the ethics in the Aristotelian ethics in the knight's pattern that is defined preponderantly in the aristocratic narratives.

KEYWORDS: Aristotelian Ethic, Medieval narratives, Iberian Medieval Age.

* Professor adjunto da
Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro.

Introdução: apresentação do Problema e das fontes

É bastante conhecido o diálogo de textos medievais de origens diversas com as obras de Aristóteles. O campo da Escolástica, naturalmente, oferece-nos as referências mais evidentes e notórias. Contudo, fontes menos previsíveis – como as crônicas e outras fontes narrativas do período – podem também nos mostrar em menor ou maior intensidade a intertextualidade aristotélica. O presente artigo pretende investigar a relação entre a intertextualidade medieval-aristotélica e certas fontes narrativas da Idade Média Ibérica que giram em torno da temática do Ideal Cavaleiresco, tão caro à nobreza medieval. Nossas fontes centrais serão os livros de linhagens – genealogias que, no Portugal medieval, entremeavam listas de antepassados nobiliárquicos com narrativas de diversos teores sobre os mesmos. São estas narrativas que nos interessarão mais especificamente, no sentido de que frequentemente transparece através dos *exempla* que elas encaminham todo um modelo ético que pode ser sistematicamente examinado.

O nosso objetivo principal será o de verificar, até o final deste artigo, como a ética aristotélica interfere na concepção narrativa apresentada pelos livros de linhagens e na estruturação mais específica da visão de mundo que estes livros trazem aos leitores medievais. Mas antes de entrarmos nestas análises que se referirão ao âmbito filosófico e ético, vejamos em maior detalhe o que eram os 'livros de linhagens', pontuando o seu contexto social de produção e esclarecendo aspectos importantes sobre o tipo de narrativas que estes livros medievais habitualmente costumavam apresentar.

Os 'livros de linhagens', este será o primeiro aspecto a destacar, constituem uma modalidade de texto que deve ser inserida no âmbito das genealogias. Os textos genealógicos, na sua forma mais irreduzível, correspondem a uma sequência de nomes e de relações entre os nomes que constituem uma rede familiar ou linhagística, e seu objetivo mais visível é o de perpetuar a memória e a história de uma sucessão familiar, de uma linhagem, ou mesmo de uma rede de histórias familiares que se entrecruzam. Quando a genealogia refere-se a famílias que são propostas como aristocráticas, ou que a si mesmas atribuem um *status* de nobreza, encontramos com frequência a denominação de "nobiliários".

Na Idade Média portuguesa, entre os séculos XIII e XIV, registra-se um momento de particular interesse pela literatura genealógica, e é aqui que os nobiliários tornam-se mais habitualmente conhecidos através da denominação de "livros de linhagens". Depois deste período, verifica-se certo hiato de tempo onde não são escritos mais nobiliários, e os livros de linhagens só voltarão efetivamente a serem escritos no século XVI. Muitos autores explicam este momento de suspensão na produção de literatura genealógica em função do novo contexto histórico das grandes navegações, que teriam promovido o deslocamento para fora da Metrópole de parte da população portuguesa, inclusive de um setor bastante selecionado daquelas elites aristocráticas que haviam apresentado, nos séculos anteriores, um particular interesse na feitura de genealogias.

De qualquer maneira, para o período que estaremos considerando, os livros de linhagens desempenhavam um papel de grande destaque como instrumentos difusores de memória e instituidores de mecanismos de inclusão e exclusão social.

Diferentemente das genealogias dos demais países europeus do ocidente medieval, as genealogias ou 'livros de linhagens' de Portugal neste período, e na verdade da península Ibérica, tinham a clara peculiaridade de alternarem a modalidade genealógica propriamente dita – a mera listagem de nomes, por assim dizer – com narrativas mais alentadas, de diversos tamanhos e teores.

Por outro lado, em comum com as demais modalidades genealógicas – tão recorrentes nos diversos países europeus do ocidente medieval – os livros de linhagem também costumavam desempenhar um papel de primeira ordem para a reconstrução social da memória familiar, notadamente no seio da nobreza feudal. Reconstruir uma lista de antepassados, de parentes e contraparentes, de relações entre um homem e os heróis ou traidores familiares que o precederam, era inserir este homem em um vasto sistema de valores e contravalores. Através da linhagem que se tornava visível a todos através dos nobiliários, os diversos indivíduos pertencentes à nobreza viam-se oportunamente inseridos em uma rede de alianças e solidariedades, e, ao mesmo tempo, em um sistema de rivalidades que contrapunha os indivíduos através de ódios e antipatias ancestrais que eram herdadas tão concretamente como as propriedades fundiárias ou os brasões de família. As linhagens, e através delas os nobiliários que as registravam por escrito, conferiam ao indivíduo pertencente à nobreza um traço fundamental de sua 'identidade', explicitando-lhe seus espaços de inclusão e de exclusão social, as suas conexões com o mundo social e histórico, e sobretudo a sua inserção e tipo de inserção em uma complexa rede de entrecruzamentos familiares a linhagísticos.

Conforme se disse, muitas vezes as genealogias europeias não passavam de longas

listagens familiares, com um mínimo de material narrativo apresentando uma ou outra explicação que se fazia necessária para o acompanhamento de uma determinada história familiar através de uma dada sucessão de casamentos e filiações. Contudo, é precisamente nos reinos ibéricos dos séculos XI ao XIV, e mais particularmente ainda no Portugal dos séculos XIII e XIV, que as genealogias assumiram esta característica bastante singular: tendem a deixar de ser meras listas de casamentos e filiações para constituírem um gênero híbrido que misturava a *crônica* à *genealogia* propriamente dita. Assim, nesta espécie de texto, um tipo de 'discurso genealógico' em forma de lista familiar – que vai descrevendo passo a passo uma cadeia linhagística através dos seus sucessivos desdobramentos – vê-se, de momentos em momentos, entrecortado por um 'discurso narrativo' que é interpolado à lista genealógica para pretensamente caracterizar o indivíduo ou a família descrita. Para facilitar a compreensão deste caráter híbrido do texto linhagístico, consideraremos em seguida um segmento extraído do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*:

"Este dom Rodrigo Gonçalvez era de vinte annos, e com seu poder foi em muitas fazendas, e diziam por el as gentes que nunca virom taes vinte annos.

[... Prossegue por uma enumeração e nomeação dos descendentes de Dom Rodrigo Froiaz e de Dom Rodrigo Gonçalvez de Pereira, seu neto, donde descendem os 'Pereiras', chegando por fim a dom Rodrigo Gonçalves ...]

Este dom Rodrigo Gonçalvez foi casado com dona Enês Sanches. Ela estando no castelo de Lanhoso, fez maldade com uu frade de Boiro, e dom Rodrigo Gonçalvez foi desto certo. E chegou e cerrou as portas do castelo, e queimou ela e o frade e homees e molheres e bestas e cães e gatos e galinhas e todas as cousas vivas, e queimou a camara e panos de vistir e camas, e non leixou cousa movil. E alguns lhe preguntarom porque queimara os homees e molheres, e el respondeo que aquela maldade havia XVII dias que se fazia e que nom podia seer que tanto durasse, que eles nom entendessem agua

cousa em que posessem sospeita, a qual sospeita eles deverom descubrir.

Depois, foi este dom Rodrigo Gonçalvez casado com dona Sancha Anriquiz de Porto Carreiro, filha de dom Anrique Fernandez, o Magro, como se mostra no titulo XLIII, dos de Porto Carreiro, parrafo 3º, e fez em ela dom Pero Rodriguez de Pereira e dona Froilhi Rodriguez. Este dom Pero Rodriguez de Pereira lidou com dom Pero Poiares, seu primo, ... " [e assim por diante] (LL 21G11)

O trecho em itálico corresponde a um segmento narrativo que interrompe o discurso genealógico simples – mera descrição de nomes, casamentos e descendências. Aqui, o genealogista deixa de descrever as relações de parentesco para passar a narrar um caso que envolve o último indivíduo mencionado na lista genealógica. Pela narrativa, sabemos que o nobre em questão fora traído pela esposa adúltera, mas que também se vingou exemplarmente – não apenas dos amantes adúlteros, como também de uma pequena população conivente com a transgressão. A narrativa funciona em múltiplas direções. Antes de mais nada confirma a honra do nobre vingador, ajudando a delinear a sua personalidade e reafirmando seu valor no universo simbólico linhagístico – isto ao mesmo tempo em que deprecia a honra da esposa adúltera, e talvez de seus eventuais filhos e netos (que aliás não são mencionados na sequência genealógica). Como o nobre em questão foi casado uma segunda vez, segundo a descrição genealógica que se segue, vê-se algo valorizado: este novo ramo linhagístico por contraste com o primeiro ramo, manchado pela antepassada adúltera.

Ora! Este ramo que parte do segundo casamento é precisamente aquele que vai desembocar na família dos 'Pereiras', patrocinadora de um refundidor do *Livro de Linhagens* que em 1382 introduz no texto a narrativa interpolada. Por aí é possível vislumbrar algo das motivações enaltecedoras e depreciativas de que pode vir carregado um relato como o que acabamos de examinar, mormente quando inserido em uma sequência genealógica específica. Por

outro lado, a narrativa justifica, talvez, uma violência praticada por um nobre contra toda uma aldeia (uma violência que terá efetivamente ocorrido ou uma violência que se coloca como passível de ocorrer no mundo imaginário). Mas, sobretudo, a narrativa transmite aos seus leitores-ouvintes um *exemplum* – oferecendo um padrão de moralidade que fixa parâmetros cavaleirescos e que estabelece interditos de várias espécies.

Este uso das seções narrativas dos livros de linhagens como *exempla* é bastante importante para as argumentações que desenvolveremos neste ensaio, na busca de uma intertextualidade aristotélica presente nas narrativas linhagísticas. Por ora, é oportuno ressaltar que as interferências narrativas podiam se apresentar de modos diversificados nos nobiliários, constituindo desde comentários sobre o valor ou contravalor de tal ou qual nobre, até trechos mais longos como o que acabamos de ler, chegando mesmo a narrativas de extensões consideráveis. Narrativas diversas costumam aparecer em cada um dos três livros de linhagens portugueses, configurando portanto uma prática corrente de alternar o ‘registro familiar restrito’ com relatos de menor ou maior dimensão e de naturezas diversas. Há ainda casos em que um refundidor posterior interpola comentários ou novos segmentos narrativos em uma narrativa já estabelecida no documento original. Deste modo, o próprio texto linhagístico converte-se em espaço para múltiplos enfrentamentos sociais e tensões implícitas.

Compreendida a forma típica desta modalidade literária, que era o livro de linhagens, poderemos aprofundar em seguida uma nova questão, que se refere às origens do material narrativo que alimenta os livros de linhagens. Será necessário destacar, com relação a este aspecto em particular, que tinham origens diversas as narrativas que eram interpoladas nos livros de linhagens para esclarecer, enaltecer ou depreciar aspectos familiares concernentes aos vários membros da nobreza portuguesa e ibérica. Muitas vezes, uma narrativa, que depois se veria interpolada em um livro de linhagens, tinha vida

própria e prévia através de uma circulação oral na qual desempenhavam um papel central os trovadores medievais – estes artistas que uniam num só feixe a destreza verbal e as habilidades musicais.

Os mesmos poetas e músicos que costumavam cantar melodias trovadorescas nos saraus nobiliárquicos e palacianos eram também os difusores de narrativas diversas envolvendo personagens da nobreza de sua época e, sobretudo, os seus ancestrais. Costumavam recitá-las oralmente nas festas aristocráticas, na praça pública, nas reuniões e espetáculos, e muitas destas narrativas foram posteriormente incorporadas aos livros de linhagens, precisamente porque se referiam às personagens aristocráticas que eram descritas através das listagens genealógicas. Também podia se dar que, antes de virem a integrar um livro de linhagens, estas narrativas circulassem em cadernos individuais que mais tarde se perderam.

O modelo cavaleiresco constituído a partir dos livros de linhagens

Começaremos por fazer notar que existe um certo modelo de ideal cavaleiresco, e conseqüentemente um contramodelo anti-cavaleiresco correspondente, que acaba por tomar forma de maneira bastante enfática em diversas das narrativas contidas nos três grandes livros de linhagens que conhecemos do reino de Portugal nos séculos XIII e XIV. O nosso objetivo, neste momento, será examinar estes modelos e contramodelos, verificando também como se dá mais concretamente a intertextualidade do *Livro de Linhagens do Conde Dom Pedro* – o mais famoso dos nobiliários medievais portugueses – com a ética aristotélica, citada no prólogo do mesmo livro.

Os resultados a que se pode chegar a partir do rastreamento dos modelos e contramodelos presentes nas narrativas linhagísticas vêm a mostrar que, por de trás do código cavaleiresco proposto pelos livros de linhagens portugueses, há um sistema ético envolvido. A busca da

identificação de uma dimensão aristotélica, presente neste sistema ético, será o que nos interessará neste momento. Por hipótese, partiremos de algumas constatações preliminares.

Existe, no sistema ético que parece emergir das narrativas cavaleirescas dos livros de linhagens, algo que se coloca como 'justo' na sua relação com o 'não-justo' e com o 'injusto', e elementos que mediam esta relação (a qualidade do ato como 'voluntário' e 'consciente', a necessidade de retribuir a justiça ou a injustiça com um ato que instaure ou restabeleça a 'reciprocidade', a 'hierarquização' de tipo geométrico entre 'males menores' e 'mal maior', e assim por diante). Estes elementos coincidem com a 'ética aristotélica', e é extremamente significativo o fato de Aristóteles ser o único autor que aparece nominalmente citado no prólogo do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*. Naquela oportunidade, registrada logo ao princípio do "Prólogo", o Conde apropria-se à sua maneira de um certo dito de Aristóteles:

"Esto diz Aristotiles: que se homees houvessem entre si amizade verdadeira, nom haveriam mester reis nem justiças"

Existe uma boa possibilidade de que o trecho a que se refere o Conde D. Pedro, nestas páginas iniciais de seu nobiliário, seja uma passagem da própria *Ética a Nicômaco*, onde o filósofo grego diz que "quando os homens são amigos não necessitam de justiça". No mesmo parágrafo, aliás, Aristóteles acrescenta ainda: "considera-se que a *mais genuína* forma de justiça é uma espécie de amizade", o que parece produzir ressonâncias na expressão "amizade verdadeira" utilizada pelo Conde na passagem acima. De resto, o próprio Livro VIII da *Ética* refere-se, na sua totalidade, à questão da 'amizade', abordando em especial as suas relações com a justiça e as formas políticas. Tudo isso leva-nos a crer que é a própria *Ética a Nicômaco* que está na base do comentário do Conde, e que, portanto, teria sido uma obra conhecida do compilador do *Livro de Linhagens* a ponto de influenciá-lo seja na seleção das

narrativas, seja na construção de um discurso que parece pontuar determinados aspectos da ética aristotélica. Veremos que esta suspeita parece se confirmar com a confrontação dos próprios casos linhagísticos com certas passagens da obra do filósofo grego.

De fato, o circuito de narrativas que tivemos oportunidade de examinar parece estar mergulhado significativamente em um sistema ético nos moldes aristotélicos – onde a questão da necessidade de o 'ato justo' ser acompanhado de 'vontade' concretiza nos *exempla* linhagísticos o que, em teoria, acha-se registrado na *Ética a Nicômaco*:

"Sendo os atos justos e injustos tais como os descrevemos, um homem age de maneira justa ou injusta sempre que pratica tais atos voluntariamente. Quando os pratica involuntariamente, seus atos não são justos nem injustos, salvo por acidente, isto é, porque ele fez coisas que redundam em justiças ou injustiças. É o caráter voluntário ou involuntário do ato que determina se ele é justo ou injusto, pois, quando é voluntário, é censurado, e pela mesma razão se torna um ato de injustiça; de forma que existem coisas que são injustas, sem que no entanto sejam atos de injustiça, se não estiver presente também a voluntariedade"

Antes de mais nada, podemos perceber que o filósofo grego reconhece a existência de atos que "não são justos nem injustos" – e que, portanto, seriam antes classificáveis como atos 'não justos' ou 'não injustos'. Por outro lado, após estabelecer uma relação necessária entre a classificação do ato como justo ou injusto e a sua "voluntariedade", Aristóteles deixa claro, a seguir, que entende por voluntariedade a "consciência" do ato e o fato de que ele não seja praticado por coação ou imposição:

"Por voluntário entendo, como já disse antes, tudo aquilo que um homem tem o poder de fazer e que faz com conhecimento de causa, isto é, sem ignorar nem a pessoa atingida pelo ato, nem o instrumento usado, nem o fim que há de alcançar (por exemplo, em quem

bate, com o que e com que fim); além disso, cada um desses atos não deve ser acidental nem forçado (se, por exemplo, A toma a mão de B e com ela bate em C, B não agiu voluntariamente, pois o ato não dependia dele)“

Alguns *exempla* presentes nas narrativas dos livros de linhagens adequam-se perfeitamente a esta ética. O Pedro Alvelo da narrativa “O Tenreiro” (LL 36E9), por exemplo, era um nobre honrado que havia sido enganado pelo primo e que, embora sabendo ‘em quem e com que batia’, não sabia “com que fim” (ou imaginava que o seu ato sustentava-se em uma resposta a um desafio, na verdade inexistente). Em suma, neste enredo narrativo, o bom nobre é induzido maldosamente por um outro a cometer um crime, acreditando que na verdade estava defendendo a sua honra. Por isso, na sequência, ele é liberado pelo rei de qualquer acusação de ter praticado um ato injusto.

Já na narrativa sobre “O Alcaide de Celorico” (LL55Q6), temos o caso de um nobre que se tornou um verdadeiro modelo de comportamento dentro do âmbito cavaleiresco, esforçando-se obstinadamente o protagonista nobre por resolver, dentro dos ditames habitualmente aceitos pelo ideal cavaleiresco, as pendências intervassálicas das quais precisava se livrar. Neste caso, o nobre – que busca a todo o custo liberar-se corretamente de um vínculo de vassalagem com relação a um suserano que se esquivava de encontrá-lo – não havia cometido rigorosamente um ato injusto (“não agiu voluntariamente, pois o ato não dependia dele”).

A narrativa sobre “Fernão Rodrigues” (LL 11C7) – trazendo à tona o caso de um nobre honrado que é levado a crer que estava sendo traído pela mulher e que, por isso, a assassina brutalmente, embora ela, na verdade, fosse inocente – mostra bem o caso do infrator involuntário que, acreditando agir de acordo com o princípio da “reciprocidade”, ignora na verdade “a pessoa atingida pelo ato”. As manipulações que envolvem o Pedro Alvelo da narrativa “O Tenreiro” e o Fernão Rodrigues da narrativa de mesmo nome, aliás, enquadram-se perfeitamente

no que Aristóteles classifica logo a seguir como “enganos”:

“Os que são infligidos por ignorância são enganados quando a pessoa atingida pelo ato, o instrumento ou o fim a ser alcançado são diferentes do que o agente supõe”

Também a narrativa “A Ribeirinha” (LL 36BN9) nos mostra um caso bastante elucidativo. Uma Dama da alta nobreza portuguesa é raptada e forçada a viver maritalmente com o seu raptor, que a leva para um país estrangeiro de modo a escapar de possíveis vinganças da família da vítima. A personagem, então, manipula o seu raptor, convencendo-o a comparecer perante o rei de Portugal para regular a sua situação conjugal. Tratava-se, contudo, de mero artifício, pois, no momento em que estão diante da mediação régia, a personagem acusa o seu raptor e faz com que ele seja condenado. Aqui, portanto, a personagem, que é obrigada a escolher entre o “mal menor” (a mentira e o fingimento de sujeição ao seu raptor) e o “mal maior” (a desonra não reparada), acha-se adequada a um outro passo da *Ética a Nicômaco*:

“pois o menor mal é considerado um bem em comparação com o mal maior, visto que o primeiro é escolhido de preferência ao segundo, e o que é digno de escolha é bom, e de duas coisas a mais digna de escolha é um bem maior”

Ou, de maneira ainda mais clara, registra-se no Livro III a seguinte passagem:

“Por ações desta espécie os homens são até louvados algumas vezes, quando suportam alguma coisa vil ou dolorosa em troca de grandes e nobres objetivos alcançados”

É bem verdade que o filósofo grego faz distinções entre os vários casos de escolha entre o ‘mal menor’ e o ‘mal maior’, devendo alguns serem merecedores de louvor e outros de perdão:

“Algumas ações, em verdade, não merecem louvor, mas perdão, quando alguém faz o que não deve sem sofrer uma pressão superior às forças humanas e que homem algum poderia suportar”

Estas nuances também estão presentes no material linhagístico de valoração cavaleiresca. A dama que se submete ao raptor para realizar o seu projeto de vingança em “A Ribeirinha” (LL 36BN9) tende mais a ser perdoada do que louvada, e o nobre que luta desesperadamente para sanar uma infração cavaleiresca que não dependeu dele tende a ser louvado e a se transformar até mesmo em um paradigma vassalico em “O Alcaide de Celorico” (LL 55Q6).

As correlações entre o código cavaleiresco proposto e a ética aristotélica não param por aí. A vingança da honra, que ocupa um papel tão importante no circuito de relatos presentes no nobiliário, adequa-se por exemplo ao princípio da “reciprocidade” proposto noutro passo da *Ética*. Mas existe ainda um outro ponto que denuncia de forma ainda mais enfática a apropriação linhagística da ética aristotélica. Referimo-nos ao fato de que não se mostra possível para um ‘bom nobre’ passar do cavaleiresco ao não-cavaleiresco sem um ‘constrangimento’. Se ele ignora em um primeiro momento esta passagem, o constrangimento ou a necessidade de remissão não surge senão quando ele toma conhecimento do ato [caso do nobre enganado em “O Tenreiro” (LL 36E9) ou da narrativa sobre Fernão Rodrigues, fidalgo que mata involuntariamente a própria esposa em “O Assassinato de Dona Estevainha” (LL 11C7)]. Esta tomada de consciência acompanhada da dor ou do arrependimento está na base de uma distinção que Aristóteles faz entre o “não-voluntário” e o “involuntário”:

“Tudo o que se faz por ignorância é não-voluntário, e só o que produz dor e arrependimento é involuntário. Com efeito, o homem que fez alguma coisa devido à ignorância e não se aflige em absoluto com o seu ato não agiu voluntariamente, visto que não sabia o que fazia; mas tampouco agiu involuntariamente, já que isso não lhe causa dor alguma”

Distingue-se, portanto, o ato injusto ‘voluntário’ (que é próprio do ‘homem mau’, a não ser no já mencionado caso da escolha de um ‘mal menor’ em detrimento do ‘mal maior’) dos atos injustos que são ‘não-voluntários’ ou ‘involuntários’, sendo que este último implica necessariamente em uma tomada de consciência em algum momento, e conseqüentemente no contraponto do ‘constrangimento’ (no caso dos relatos linhagísticos este constrangimento costuma expressar-se em ‘vergonha’, ‘arrependimento’, ou pelo menos em uma imperiosa necessidade de ‘remissão’ e de recuperação da imagem cavaleiresca idealizada perante os pares). Dessa forma, a passagem do ‘não-voluntário’ ao ‘involuntário’, ou do plano da inconsciência ao plano da consciência, vem acompanhada obrigatoriamente de um ‘constrangimento’ sempre que o agente for essencialmente ‘bom’. Aristóteles é bem explícito com relação a esta questão:

“Além disso, a prática de um ato considerado involuntário em virtude de uma ignorância desta espécie deve causar dor e trazer arrependimento”

Em suma, um grande número de aspectos incluídos na *Ética a Nicômaco* parece encontrar uma ressonância efetiva no material linhagístico que serve de *exemplum* para a correta inserção do ‘bom nobre’ dentro do âmbito cavaleiresco. As distinções entre o ‘justo’, o ‘não-justo’ e o ‘injusto’; entre o ‘voluntário’, o ‘não-voluntário’ e o ‘involuntário’; a identificação do ‘constrangimento’ (dor ou arrependimento) que decorre de um ‘homem justo’ tomar consciência de ter praticado um ato injusto; a legitimidade de escolher o ‘mal menor’ para evitar o ‘mal maior’; a “reciprocidade” em que se fundamenta a reparação do mal ou da justiça infligida (no caso cavaleiresco implicando na vingança justificada ou na reparação da honra), e, por fim, a ‘virtude’ encarada como um meio termo entre um excesso e uma carência – eis aqui os elementos de uma ética aristotélica que parecem informar em alguns de seus níveis o código cavaleiresco proposto pelo autor do *Livro de Linhagens*.

É assim que, nesta perspectiva, o nobiliário apresenta-se como um mostruário de situações práticas e concretas prontas a oferecer ao cavaleiro-leitor um repertório de possibilidades éticas. Dito de outra forma, o nobiliário incorpora uma dimensão didática que pretende orientar o cavaleiro nobre no seu agir em relação aos seus semelhantes. Um último elemento desta ética a ser considerado consiste na noção de que, se a felicidade de uma vida cavaleiresca e virtuosa é um fim em si mesmo a ser atingido, esta felicidade cavaleiresca é uma “atividade” que só pode ser assegurada mediante o esforço. E mais uma vez encontramos uma idéia da ética aristotélica – a de que “a vida virtuosa exige esforço” – profundamente entranhada nos exemplos narrativos do nobiliário do Conde D. Pedro. De fato, uma vez carregado para o âmbito não-cavaleiresco que ameaça o estatuto da virtude cavaleiresca e a felicidade verdadeira, o cavaleiro deve lutar arduamente para recobrar o equilíbrio original. Tenha sido deslocado do âmbito cavaleiresco por uma fatalidade (LL 11C7), por razões involuntárias (LL 95Q6), pela má fé ou manipulação de um outro (LL 36E9), pela violência do rapto (LL 36BN9) ou da captura (LL 65A1), somente o esforço consciente poderá trazer o bom nobre de volta ao seu âmbito natural. Os que fracassam na realização deste esforço ficam aprisionados definitivamente no âmbito não-cavaleiresco e perdem a ‘boa nobreza’, se um dia a tiveram (LL 41I5). O ‘esforço’ completa, portanto, o conjunto de noções constitutivas de uma ética que se encontra implícita no nobiliário examinado.

Denunciada pelo pormenor registrado logo ao início do “Prólogo” do *Livro de Linhagens*, uma leitura de Aristóteles parece estar desta forma presente nos fundamentos éticos das narrativas linhagísticas e parece ser confirmada pelos próprios conteúdos e noções envolvidos nos seus relatos sobre transgressão e reparação cavaleiresca. De um modo ou de outro, a intencionalidade de dar uma coerência ao código cavaleiresco através das narrativas linhagísticas mostra-se compatível com a ética aristotélica. Prossigamos, portanto, agora com uma dedicação

mais específica ao rastreamento de situações de transgressão cavaleiresca apreensíveis em nossas fontes. Já registrados os casos que se referem aos ‘bons nobres’, cabe agora investigar a figura do ‘mau nobre’, este que pratica o ato injusto voluntariamente e com consciência da sua injustiça.

Os traidores e sua posição no discurso linhagístico

Encontram-se registradas diversas narrativas sobre traidores ou infratores cavaleirescos nos livros de linhagens. Não raro, estas narrativas aparecem associadas a objetivos conscientes de depreciar determinado indivíduo ou linhagem. Ao mesmo tempo, um de seus mais significativos papéis é reforçar por contraposição, e de diversas maneiras, os valores cavaleirescos. Registre-se ainda que, embora sejam comuns as narrativas de traições premeditadas de ordens diversas, a transgressão pode se dar por incompetência cavaleiresca.

As narrativas de traidores correspondem aos que, conforme estaremos postulando neste ensaio, partem de um equilíbrio inicial no âmbito cavaleiresco e, depois de fazer o seu trajeto coincidir com o percurso da transgressão, lá permanecem. Como alternativa metodológica, tentaremos compreender este padrão através do recurso a quadros semióticos.

O “quadro semiótico”, tal como proposto pelos seus criadores Greimas e Courtés, busca associar dois termos geradores (S1 e S2) que são colocados em relação de contrariedade. Cada um dos dois termos geradores tem o seu oposto (-S1 e -S2). Vejamos, a modo de exemplificação, a situação abaixo:

O quadro semiótico acima está organizado em torno das categorias relacionadas à “justiça” (poderiam ser quaisquer outras). No caso, ‘justiça’ e ‘injustiça’ são rigorosamente incompatíveis. O sinal que marca as diagonais () representa precisamente uma relação de contradição (‘justo’ ‘não-justo’; ‘injusto’ ‘não-injusto’). Ocorre que tanto S1 e -S2,

como S2 e -S1, estão sempre em relação de complementaridade (que é representada pelo sinal). Assim, em nosso esquema, 'não-injustiça' e 'justiça' se complementam, da mesma forma que 'não-justiça' e 'injustiça'. O quadrado semiótico proposto por Greimas tem dois percursos somente: de S1 a S2 passando por -S1, e de S2 a S1 passando por -S2.

Suponhamos que conseguimos identificar como tema de profundidade de uma determinada narrativa o problema da “justiça”. Um quadrado semiótico como o que propusemos acima pode servir para organizar eficazmente os conteúdos de uma narrativa, clarificando as relações entre as várias agências e agentes envolvidos no enredo e, para além disso, revelando aspectos importantes que vêm à tona quando se estabelece uma desconstrução desse tipo.

Os valores que giram em torno das ideias de justiça e injustiça apresentam na verdade uma grande importância para os padrões narrativos que habitualmente se mostram expostos nos livros de linhagens – seja os que se destinam a reforçar os valores cavaleirescos ou aqueles que visam depreciar as transgressões produzidas por traidores ou praticantes de ações desonrosas. Será possível utilizar também, com vistas a uma esquematização visual um pouco mais elaborada, os chamados “grupos de Klein”, que são desdobramentos mais elaborados dos quadrados semióticos idealizados inicialmente por Courtés e Greimas.

O grupo de Klein, abaixo elaborado, desenvolve-se em torno de um quadrado semiótico como o anteriormente exposto (o quadrado semiótico justiça / injustiça). À esquerda, o esquema apresenta um campo que corresponde ao âmbito cavaleiresco. Para um determinado ator se considerar inteiramente inserido neste âmbito, ele precisa não só *não* praticar atos injustos, como também praticar atos justos. Um raciocínio análogo pode ser aplicado ao âmbito inverso, que corresponde ao das ações não-cavaleirescas.

Diversas das narrativas que estão inseridas nos livros de linhagens apresentam um padrão narrativo que coloca em confronto um âmbito

cavaleiresco, do qual em geral todos os relatos linhagísticos costumam partir, e um âmbito não-cavaleiresco, que, via de regra, ameaça o personagem idealizado (seja um herói ou uma dama) ou então que seduz o futuro traidor. Assim, ao narrar histórias onde os personagens circulam entre estes dois âmbitos, com bastante frequência as narrativas sobre traidores costumam registrar a estagnação de personagens no campo não-cavaleiresco, encerrando-se com frases do tipo: “e ficou por traidor”. Em termos da forma como se dá a trajetória de transgressão empreendida pelo traidor, a passagem (de ‘a’ para ‘b’) pode ser consciente (calculada) ou inconsciente (a princípio imprevisível pelo seu praticante). No primeiro caso – o da transgressão consciente – há uma clara diferença do traidor em relação ao ‘bom nobre’ que transgride os valores cavaleirescos, também conscientemente, mas com vistas a uma finalidade maior. Já a motivação do traidor é sempre a satisfação de um interesse pessoal, uma ambição, uma covardia. Como foi visto no início deste ensaio, era bastante típico da ética aristotélica esse jogo de oposições por contrariedade ou contradição, atravessado por categorias mediadoras como as referências ao caráter voluntário ou involuntário de um ato.

Nas narrativas dos livros de linhagens, mostram-se como um recurso recorrente as operações discursivas que visam disforizar a figura do traidor (ou a sua trajetória), acrescentando-lhes outros índices de transgressão cavaleiresca, que não o tema principal da narrativa. Assim, além da traição maior que constitui a sequência principal, é comum aqui o registro de uma série de pequenos atos não-cavaleirescos, o ‘perfil traidor’ do personagem depreciado. Pode se dar, enfim, que o traidor seja levado inconscientemente ou contra a sua vontade ao âmbito da transgressão cavaleiresca, mas lá permaneça, sem força ou qualidades morais que o permitam iniciar o trajeto de volta. Esta situação corresponde à metade do circuito completo que vimos para o caso da narrativa sobre Pedro Alvelo, citado anteriormente com relação à narrativa “O Tenreiro”. A diferença é precisamente a ausência

do retorno pelo percurso de volta, obrigatório para o caso do bom nobre que não tenha perdido a sua essência.

Um episódio de transgressão cavaleiresca pode ainda ser enxertado, às vezes, em forma de sequência interpolada, no enredo mais amplo da narrativa, produzindo, com isso, ambiguidades com relação à atuação honrada do personagem cavaleiresco no decorrer da aventura. O herói, que no plano geral da narrativa tem um saldo cavaleiresco positivo, pode em alguns casos carregar um pequeno insucesso anti-cavaleiresco que é devidamente punido pelo destino, deixando-lhe sequelas que servirão de exemplo moral. É o exemplo do famoso relato sobre a luta de Afonso Henriques contra sua mãe, em que este a prende a ferros e é por isto amaldiçoado – vindo a sofrer mais tarde uma punição que se expressa através da perna quebrada (LL 7B1-10). O enxerto se presta, naturalmente, a mostrar que mesmo o rei está sujeito a um código mais amplo que não pode ser transgredido. Heróico e cavaleiresco no plano superior da narrativa, o rei fracassa em um pequeno detalhe e recebe, por isso, uma punição correspondente (que não chega a comprometer, em todo o caso, a sua história de vida conforme a leitura do nobiliário).

Registram-se também nos livros de linhagens as narrativas que se resolvem no próprio âmbito cavaleiresco – confrontando, por exemplo, dois nobres honrados, mas que são opositores por algum motivo. Nos antípodas do tipo de narrativa, que se resolve sempre no próprio âmbito cavaleiresco, estão naturalmente as narrativas que se resolvem integralmente no âmbito não-cavaleiresco. E há ainda as que começam de maneira invertida, fazendo a passagem do não-cavaleiresco ao cavaleiresco.

Cabe acrescentar que, em alguns casos bastante significativos, o âmbito 'cavaleiresco' pode ser substituído pelo âmbito 'cristão', produzindo-se narrativas dos mesmos tipos das que já foram examinadas, mas onde o que se transgride são valores mais propriamente cristãos do que cavaleirescos. Dependendo da leitura, aliás, o 'cristão' pode ser visto como um aspecto do

'cavaleiresco' (todo bom cavaleiro é cristão), ou ao contrário, o 'cavaleiresco' como um aspecto do 'cristão' (o mundo cavaleiresco é apenas uma parte da cristandade).

Existem, para este último conjunto temático de narrativas linhagísticas, algumas que giram nuclearmente em torno desta relação entre o mundo cristão e o mundo infiel (muçulmano), ou entre o mundo cristão e o mundo pagão. Algumas narrativas fantásticas, envolvendo aspectos mágicos e sobrenaturais, enquadram-se neste último grupo e expressam as tensões culturais de uma sociedade cristã que ainda carrega significativamente as suas permanências pagãs. Em termos de instrumentalização semiótica, basta substituir algumas expressões para que seja constituído um quadrado semiótico eficiente para a análise dos problemas de transgressão do âmbito cristão, tal como expusemos no quadro acima.

De todo modo, uma Ética de fundo aristotélico – girando em torno de pares organizados em relações de contrariedade e contradição e atravessada por categorias que remetem à consciência ou voluntariedade dos atos praticados – atravessa todo o conjunto de narrativas incluídas nos livros de linhagens medievais portuguesas. Investigar as relações de mediação e a possível utilização de categorias intermediárias entre certas categorias dicotomizadas, o que também está incluído na ética aristotélica, pode dar margem a estudos futuros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. In. *Os Pensadores*, IV. São Paulo, Abril Cultural, 1973.

Livro de Linhagens do Conde D. Pedro. ed. José Mattoso. "Nova Série" dos *Portugaliae Monumenta Historica*. Lisboa, A.C.L., 1980.

Livro de Linhagens do Conde D. Pedro. (1980) ed. José Mattoso. "Nova Série" dos *Portugaliae Monumenta Historica*. Lisboa, A.C.L.

Livros Velhos de Linhagens. (incluindo o "Livro Velho" e o "Livro do Deão"). (1980) ed. José Mattoso e Joseph Piel. "Nova Série" 2 *Portugaliae Monumenta Historica*. Lisboa, Academia de Ciências.

Bibliografia citada

CARDOSO, Ciro Flamarion. "A Semiótica textual e a busca do sentido". In. *Narrativa, Sentido, História. op.cit.* p.101-155.

FARIA, Antônio Machado de. (1950) "Introdução". In. *Livros de Linhagens do século XVI*. Lisboa, Academia Portuguesa de História.

GREIMAS, Algirdas Julien e COURTÉS, Joseph. (1989) *Dicionário de Semiótica*. São Paulo, Cultrix.

GREIMAS, A. J. (1970) *Du sens. Essais sémiotiques*. Paris, Seui.

MATTOSO, José (1980). "Introdução". In. *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*. ed. José Mattoso. "Nova Série" dos *Portugaliae Monumenta Historica*. Lisboa, A.C.L.

MATTOSO, José. (1987) "As fontes do nobiliário do Conde D. Pedro". In. *A Nobreza Medieval Portuguesa*. Lisboa, Estampa, p.57-100.

Recebido em março de 2010,
aprovado em julho de 2011.